



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 1089/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1432/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro - CPER.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Maria Ivone de Oliveira, Diretora do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM– Relatório Conclusivo nº 71/2015 (fls. 149/156).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2742/2015-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 158/159)

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas. Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro. Exercício 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Recomendação ao Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regulares com ressalvas as Contas do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro – CPER, referente ao exercício de 2014, tendo como responsável a Sra. Maria Ivone de Oliveira, Diretora Executiva, nos termos do art. 22, II, c/c o art. 24, ambos da Lei n.º 2.423/96 e art. 5º, II, da Resolução TCE/AM n.º 04/02;

9.2- Recomendar ao Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro – CPER que:

9.2.1- Promova esforço no sentido de enviar o referido Relatório e Certificado de Auditoria da CGE quando da apresentação da prestação de contas, a fim de auxiliar de maneira mais efetiva a atuação do controle externo exercido por esta Corte de Contas;

9.2.2- Observe as normas do Conselho Federal de Contabilidade, no que diz respeito à assinatura do contabilista responsável pela contabilidade, com a indicação do número de registro e da categoria nos documentos contábeis, conforme o disposto no parágrafo 2º, do art. 20, da Resolução CFC nº. 960/03, e nos ditames do art. 1º, parágrafo único, da Resolução CFC nº. 871/00;

9.2.3- Atente para o cumprimento do disposto no parágrafo 2º, do art. 20, da Resolução CFC nº. 960/03, e nos ditames do art. 1º, parágrafo único, da Resolução CFC nº. 871/00, no que diz respeito à assinatura do contabilista responsável pela contabilidade, com a indicação do número de registro e da categoria, nos documentos contábeis;

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 1089/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.2.4- Cumpra os Princípios Contábeis da Competência e da Oportunidade e as normas estabelecidas na NBC T 16.5, a fim de evitar a ocorrência de diferenças bancárias na conciliação bancária da entidade.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: E86AF91E-A8413DC2-09160C75-C8B86E1E